

JUSTIÇA RESTAURATIVA E ACESSO À JUSTIÇA: UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR

RESTORATIVE JUSTICE AND ACCESS TO JUSTICE: AN INTERDISCIPLINARY PROPOSAL

JUSTICIA RESTAURATIVA Y ACCESO A LA JUSTICIA: UNA PROPUESTA INTERDISCIPLINARIA

Adriana Accioly Gomes Massa

Mestre em Organizações e Desenvolvimento, Assistente Social, Centro Universitário Internacional UNINTER.

E-mail: adriaccioly@gmail.com

Fernanda Oliveira de Queiroz

Graduada em Direito, graduanda em Serviço Social, Centro Universitário Internacional UNINTER.

E-mail: fernandaoliveiraqueiroz@outlook.com

Isabelle Bastos Ferreira

Graduada em Serviço Social, Centro Universitário Internacional UNINTER.

E-mail: isabastosff@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar o projeto de pesquisa “Justiça restaurativa e acesso à justiça: uma proposta interdisciplinar”, desenvolvido no Centro Universitário Internacional UNINTER. O projeto tem como proposta estudar o desenvolvimento da Justiça Restaurativa no contexto brasileiro, a partir de seus precedentes mundiais e dos movimentos por outro tipo de Justiça Penal que consiga, de fato, coibir a reprodução desenfreada da violência e reparar os danos gerados pelas violações. Ademais, busca fazer aproximações entre a Justiça Restaurativa e o Serviço Social, trazendo contribuições de outras disciplinas, de modo a compreender a interseção de seus fundamentos teórico-metodológicos. Para isso, a metodologia utilizada para a construção do resumo expandido foi uma pesquisa bibliográfica com base em literatura adequada.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa; Justiça Retributiva; Solução de Conflitos.

ABSTRACT

This paper aims to present the research project "Restorative justice and access to justice: an interdisciplinary proposal", developed at the UNINTER International University Center. The project aims to study the development of Restorative Justice in the Brazilian context, from its world precedents and movements for another kind of Criminal Justice that can effectively curb the unbridled reproduction of violence and repair the damage generated by violations. Moreover, it seeks to make approximations between Restorative Justice and Social Work, bringing contributions from other disciplines in order to understand the intersection of their theoretical and methodological foundations. For this, the methodology used for the construction of the expanded abstract was a bibliographic search based on related literature.

Keywords: Restorative Justice; Retributive Justice; Conflict Resolution.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo presentar el proyecto de investigación “Justicia restaurativa y acceso a la justicia: una propuesta interdisciplinar”, desarrollado en el Centro Universitario Internacional UNINTER. El

proyecto tiene como propuesta estudiar el desarrollo de la Justicia Restaurativa en el contexto brasileño a partir de sus precedentes mundiales y de los movimientos por otro tipo de Justicia Penal que logre, de hecho, cohibir la reproducción desenfrenada de la violencia y reparar los daños generados por las violaciones. Además, trata de hacer acercamientos entre la Justicia Restaurativa y el Trabajo Social, buscando aportes de otras disciplinas, de manera a comprender la intersección entre sus fundamentos teórico-metodológicos. Para ello, la metodología utilizada para la construcción de ese resumen expandido fue una investigación bibliográfica, hecha a partir de literatura pertinente.

Palabras-clave: Justicia Restaurativa; Justicia Retributiva; Solución de Conflictos.

INTRODUÇÃO

Este resumo expandido tem como objetivo apresentar o projeto de pesquisa intitulado “Justiça Restaurativa e Acesso à Justiça: uma proposta interdisciplinar”, desenvolvido no Centro Universitário Internacional UNINTER, por meio da linha de pesquisa “Políticas Sociais e Direitos Humanos”, o qual está inserido no “Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Formação e Sociabilidade” e vinculado ao projeto de extensão “Múltiplas Portas para o Acesso à Justiça”, desenvolvido na mesma instituição.

O projeto de extensão teve seu início no ano de 2018 e o projeto de pesquisa no início de 2019, ambos surgiram a partir da identificação da necessidade de contribuir para o processo de fortalecimento da Cidadania, a partir dos fundamentos inerentes aos direitos humanos, e da implementação de duas Políticas Públicas criadas a partir do Conselho Nacional de Justiça. Primeiramente, a Política Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses (Resolução nº 125/2010 CNJ), que cria nos Estados a estrutura deliberativa, que são os Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC); e operacional, que são os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC). E, secundamente, a criação em 2016, da Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Judiciário (Resolução nº 225/2016 CNJ).

Nesse sentido, tem-se como justificativa a necessidade e a importância da universidade em contribuir com a pesquisa em um campo novo, seja na perspectiva de qualificar o processo de ensino-aprendizagem, seja como forma de contribuir para as novas estruturas de construção de cidadania e resolução de conflitos, a partir de uma proposta interdisciplinar.

Tendo em vista as considerações levantadas a respeito da criação do projeto de pesquisa, cabe neste momento perguntar quais são as contribuições do Serviço Social,

tendo como base a proposta interdisciplinar nas práticas restaurativas e a ampliação da cidadania.

A construção do resumo se deu por meio de pesquisa bibliográfica, através de literatura adequada, cujo objetivo é apresentar o projeto de pesquisa e responder o problema de pesquisa levantado.

METODOLOGIA

Considerando que o projeto de pesquisa que está sendo apresentado teve seu início recentemente, março/2019, a metodologia empregada foi uma pesquisa bibliográfica com base em literatura adequada, que segundo Marconi e Lakatos

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, [...]. Para Manzo (1971:32), a bibliografia pertinente “oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente” e tem por objetivo permitir ao cientista “o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações” (Trujillo, 1974:230) (2003, p. 183).

RESULTADOS DA PESQUISA

Inicialmente, para abordar a Justiça Restaurativa, tema central do projeto de pesquisa, faz-se necessário suscitar algumas das diferenças que permeiam os conceitos de Justiça Restaurativa e Justiça Retributiva.

De acordo com Howard Zehr (2008), autor norte-americano pioneiro e referência na área de Justiça Restaurativa, diversos são os aspectos que merecem análise e são base comparativa no estudo dos paradigmas citados.

A ideia acerca da concepção de crime torna-se fundamental para compreender o paradigma vigente e suas inconsistências. Isso porque, na perspectiva da Justiça Retributiva, o crime é a violação da lei e substitui a noção de dano anteriormente presente no medievo; a vítima deixa de ser a pessoa que sofreu o dano, já que essa noção foi suprimida, e o principal afetado pela violação (crime) passa a ser o Estado. Deste modo, as partes do processo são o ofensor e o Estado; as necessidades da vítima não são observadas, sequer reconhecidas, pois essa passa a ser um mero instrumento de produção

de prova processual; a sensação de justiça passa pela punição, pela imposição de dor; e espera-se fazer justiça de uma situação de violência, por meio do uso da violência. A lógica que se insere é quase que irracional, pois ao tratar da violência com violência se tem mais violência e não a pacificação, base teleológica do direito.

Isso porque o crime é entendido como uma “violação contra o Estado e não contra a vítima e definido pela desobediência à lei e pela culpa. A justiça determina a culpa e inflige dor no contexto de uma disputa entre ofensor e Estado, regida por regras sistemáticas.” (ZEHR, 2008, p. 170).

A partir da “Lente Restaurativa” o crime passa pela noção de violação de pessoas e relacionamentos; a justiça envolve a vítima, o ofensor e a comunidade; o crime cria a obrigação de corrigir os erros, de modo que as necessidades da vítima são a principal preocupação.

Entende-se, portanto, que a “Lente Restaurativa” percebe o crime como ato lesivo, mas assimila que a justiça não irá se cumprir com a imposição de dor ao ofensor. Nesse sentido, a justiça se revela com a reparação da lesão, com a cura da vítima. Vítima essa negligenciada no processo criminal, e que, ainda que vivencie o movimento de punição através da imposição de dor ao ofensor, não sente em seu íntimo a impressão de justiça, uma vez que não teve suas necessidades observadas.

Toda violência que não é transformada é transferida. Nesse sentido, se não há transformação não há a interrupção do ciclo da violência, o qual se alastra nos mais diversos níveis relacionais e institucionais.

A proposta da Justiça Restaurativa é justamente atuar em outro paradigma, que não alimente e reproduza mais violência, sendo necessário um olhar interdisciplinar e um envolvimento coletivo para se pensar em outras formas para se viver juntos na diversidade e na adversidade. Nesse sentido, torna-se de extrema importância o envolvimento dos profissionais de Serviço Social nesse novo paradigma, uma vez que esses trabalham na perspectiva de garantia de direitos, buscando a ampliação e consolidação da cidadania e a construção de um novo projeto societário, livre de dominação e exploração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das pesquisas bibliográficas realizadas, pode-se afirmar que foi possível atingir o objetivo geral do trabalho que é apresentar o projeto de pesquisa “Justiça Restaurativa e Acesso à Justiça: uma proposta interdisciplinar”, por meio dos esclarecimentos a respeito da conceituação de Justiça Retributiva e Justiça Restaurativa e da importância da inserção dos profissionais de Serviço Social neste novo paradigma.

Nota-se que o Serviço Social ainda carece de estudos aprofundados nessa temática, e então a criação do projeto de pesquisa é um grande passo dentro da profissão, pois é por meio deste que os estudantes e profissionais poderão se aproximar da temática e contribuir na construção deste novo paradigma.

REFERÊNCIAS

ELLIOTT, Elizabeth M. **Segurança e cuidado: justiça restaurativa e sociedades saudáveis**. Tradução Cristina Telles Assumpção. São Paulo: Palas Athena. Brasília: ABRAMINJ, 2011

GROSSI, Paolo. **Primeiras lições sobre o Direito**. Tradução: Ricardo Marcelo Fonseca. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. – São Paulo: Atlas 2003.

PELIZZOLI, Marcelo L. **A importância da Justiça Restaurativa: em direção à realização da justiça**. Publicado em: Cultura de Paz – gênero e diversidade. Recife: Editora da UFPE, 2014. Disponível em:

https://www.ufpe.br/documents/623543/624496/A_importancia_da_JR.pdf/c28920cd-8a67-4726-a4a4-58109ebd9f7. Acesso em: 20 abr. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática, v.1. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça**. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008.